



Os desafios das políticas públicas para as pessoas trans: um olhar sobre os dados do 1º Mapeamento das Pessoas Trans do município de São Paulo.

Carla Regina Mota Alonso Diéguez¹

Cecília Carmen Cunha Pontes Rodrigues²

Giordano Magri³

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute os desafios para a elaboração de políticas públicas para as pessoas trans e travestis a partir dos resultados do 1º Mapeamento das Pessoas Trans no município de São Paulo.

A cidade de São Paulo foi pioneira na constituição de políticas públicas para a população trans, criando, em 2015, o Programa Transcidadania, o qual é resultado de diversas ações de organizações da sociedade civil e da Prefeitura Municipal de São Paulo para o público LGBTQIA+.

O Programa Transcidadania foi criado com o objetivo de promover a inserção nos estudos e no mercado de trabalho, assim como a articulação com outros serviços públicos, como saúde e atendimento em casos de violência (SÃO PAULO, 2015b), para pessoas trans e travestis. Com previsão de dois anos de duração para cada beneficiária, com carga horária diária de seis horas, o Programa prevê a transferência de renda com a atribuição de uma bolsa, por meio do Programa Operação Trabalho (POT), no valor atual de R\$ 1.160,00, além da matrícula no curso de EJA, e da oferta de diversas ações de acompanhamento das beneficiárias, ofertando-lhes

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Docente da Sociologia e Política – Escola de Humanidades e pesquisadora associada do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC. E-mail: carlareina@fespsp.org.br

² Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora associada do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC. E-mail: cecilia.cpr@gmail.com

³ Meste em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas. Chefe de Gabinete do Vereador Eduardo Suplicy e pesquisador associado do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC. E-mail: gmmagri@gmail.com





acompanhamento jurídico, social, psicológico e pedagógico, oficinas e atividades de formação diversas.

Apesar da estruturação deste programa, o 1º Mapeamento das Pessoas Trans da cidade de São Paulo evidenciou que há ainda lacunas a serem preenchidas, tanto no que tange ao Programa Transcidadania, quanto na atuação com outras áreas dos setores público e privado, de forma a garantir a inserção social digna e qualificada desta população.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nos últimos anos, intensificou-se os estudos e pesquisas sobre a questão da “transexualidade” em diferentes áreas do conhecimento, o que confere certa complexidade ao conteúdo da temática e, ao mesmo tempo, um status multidimensional e multifacetado. A sua investigação não se restringe a um campo específico, mas, envolve análises e reflexões que ultrapassam as fronteiras dos tradicionais domínios das ciências. Entre outras indagações, a transexualidade vem sendo debatida em meio a um conjunto de questionamentos presentes na sociedade contemporânea, referentes a gênero, identidade de gênero, sexualidade e direitos humanos (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020; BENTO, 2017; BUTLER, 2014; JESUS, 2012; BORILLO, 2010).

Para o estudo proposto, essas diversas abordagens sobre transexualidade convergem para a agenda das políticas públicas, de forma a colocar a questão na pauta e torná-la prioridade. O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2021), o que exige ações do Estado para mitigar a violência contra essa população e desenvolver uma cultura na qual machismo, misoginia, homofobia e transfobia não sejam parte.

Considerando estes apontamentos, o referido estudo se apoia nos estudos de gênero e sexualidade e sobre políticas públicas para discutir os resultados do 1º Mapeamento das Pessoas Trans no município de São Paulo e os desafios que eles apresentam para a construção e aperfeiçoamento de políticas públicas para a população trans.





3. METODOLOGIA

Este trabalho discute os resultados do 1º Mapeamento das Pessoas Trans do Município de São Paulo, pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC e o Gabinete do Vereador Eduardo Suplicy. A pesquisa teve o objetivo de traçar o perfil da população trans da cidade de São Paulo em termos de escolaridade, moradia, trabalho, renda, assim como obter a sua percepção sobre questões relacionadas a saúde, violência e participação política.

A pesquisa aconteceu entre dezembro de 2019 e maio de 2021 com a adoção de métodos de tipo quantitativo e qualitativo. A 1ª fase da pesquisa consistiu na aplicação de questionário de tipo *survey* com 53 questões. O questionário foi aplicado presencialmente, em locais de concentração da população trans, e por telefone, estratégia adotada após a decretação do isolamento social provocado pela pandemia da COVID-19. No total, 1.788 questionários foram respondidos por mulheres trans, homens trans, travestis e pessoas não-binárias. É importante ressaltar que a coleta de dados foi feita por equipes de entrevistadores trans e cisgêneros.

A 2ª fase da pesquisa teve o objetivo de aprofundar os dados obtidos na fase 1, especialmente aqueles relacionados a violência, trabalho, saúde, assim como obter subsídios para a elaboração e aperfeiçoamento de políticas públicas. Esta fase compreendeu a realização de 29 entrevistas com pessoas trans e cisgêneras, divididas conforme o público-alvo: i) entrevistadores da fase 1; ii) pessoas envolvidas na formulação e implementação da política pública para pessoas trans no município de São Paulo; iii) pessoas trans que responderam a fase 1 e foram convidadas a discorrer sobre suas trajetórias. Esta fase contou com a participação de uma pesquisadora trans na condução das entrevistas, a qual participou da análise dos dados das duas fases da pesquisa.

As entrevistas foram transcritas e os dados das duas fases foram analisados conjuntamente, de forma que os discursos obtidos nas entrevistas auxiliassem no aprofundamento da compreensão dos dados quantitativos.

4. RESULTADOS

Os resultados obtidos evidenciam os limites do Programa Transcidadania, seja pela limitação da escolaridade, seja pela sua desarticulação com outras áreas da





administração pública.

No que tange a escolaridade, o programa atende apenas pessoas que não tenham concluído o ensino médio. No entanto, conforme relatos dos entrevistados, há pessoas trans que já possuem o ensino médio e, por conta de situações de preconceito e discriminação, não conseguem inserção qualificada no mercado de trabalho.

Relatos obtidos pela pesquisa evidenciam os processos de exclusão sofridos por essa população no trabalho. Apesar de 58% dos entrevistados indicarem exercer alguma atividade remunerada no período da pesquisa, entre estes 58% possuem vínculo informal de trabalho, que se acentua entre as mulheres trans e travestis.

Desta forma, reformular o programa tendo em vista a inserção de pessoas trans que já tenham o ensino médio, requer pensar no oferecimento de outros serviços, como qualificação profissional, intermediação de mão de obra e realização de campanhas que visem promover a diversidade nos locais de trabalho.

A articulação com outras áreas da administração pública mostra-se também essencial, visto os relatos de situações de constrangimento e preconceito sofridos em equipamentos públicos de saúde e assistência social, que demonstram a necessidade em estruturar ações de conscientização e programas de formação para os servidores públicos no tocante a diversidade e inclusão.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Orgs.) **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENEVIDES, B.G.; NOGUEIRA, S. N. B. (orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em:
<<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>

BENTO, B. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BORILLO, D. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cafajeste. Pagu**, Campinas, n. 42, pág. 249-274, junho de 2014. Disponível em:





SOCIOLOGIA
E POLÍTICA

ESCOLA DE
HUMANIDADES

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645122..>

JESUS, J. G. de. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. **VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH**, 2012.



11 3123-7800
0800 7777 800



www.fespsp.org.br



Rua General Jardim, 522
Vila Buarque - São Paulo - SP
CEP 01223-010



SOCIOLOGIA
E POLÍTICA

ESCOLA DE
HUMANIDADES

Espaçamento: 1,0 (Simples)

Alinhamento: à esquerda

Cada obra deve ser separada por um espaço simples, e disposta em ordem alfabética.



11 3123-7800
0800 7777 800



www.fespsp.org.br



Rua General Jardim, 522
Vila Buarque - São Paulo - SP
CEP 01223-010